

Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico

Under the fire of civilization: a study of the idea of progress in Brazil in the last decades of the monarchic period

André Nunes de Azevedo

Professor adjunto de História Moderna
na Universidade do Estado do Rio de Janeiro
andazi@bol.com.br

Resumo: O presente artigo visa discutir o caráter específico que a ideia de progresso assumiu no Brasil nas últimas décadas do período monárquico, bem como a sua imbricação com a noção de civilização. No Brasil deste período, diferentemente dos principais países europeus, a ideia de progresso não tinha o seu epicentro postado na noção de desenvolvimento material, mas sim na ideia de avanço de uma civilização.

Palavras-chave: progresso, civilização, Monarquia.

Abstract: This paper discusses the specific character that the idea of progress Brazil has made in the last decades of the monarchic period, and its overlap with the notion of civilization. In Brazil in this period, unlike the major European countries, the idea of progress had not posted its epicenter in the notion of material development, but on the idea of advancement of a civilization.

Keywords: progress, civilization, Monarchy.

Nas duas primeiras décadas do Segundo Reinado, a estrutura política institucional do Império mostrou-se capaz de responder aos desafios propostos pela sociedade brasileira. Tal estrutura, favorecida pela homogeneidade da elite dirigente do país, foi capaz de mediar as demandas oriundas do povo¹ e diminuir sensivelmente as conturbações provenientes da plebe. Instituições como o Poder Moderador e o Conselho de Estado obtinham a tolerância mesmo daqueles que delas divergiam, e a monarquia e a escravidão não eram ainda objetos de críticas desestabilizadoras de setores politicamente organizados da sociedade.

No entanto, as três primeiras décadas posteriores ao golpe da maioria foram marcadas pelo desenvolvimento de contradições presentes na sociedade brasileira. Do ponto de vista econômico, o Brasil registrou sensível crescimento com o aumento da produção cafeeira do Vale do Paraíba e com o avanço das estradas de ferro. Em decorrência, as cidades brasileiras desenvolviam-se, com destaque para o Rio de Janeiro. O crescimento desta foi acompanhado pelo desenvolvimento de uma camada social intermediária urbana, composta, sobretudo, por funcionários públicos e comerciantes. Logo, expandiu-se também na cidade o número de estudantes que frequentavam os diversos colégios do Rio de Janeiro e as instituições de ensino superior da cidade: a Faculdade de Medicina, a Escola Militar e a Escola Central.² Tais grupos percebiam seus interesses em contradição com aqueles próprios de uma sociedade rural e escravista. Com efeito, já nos anos 70 despontavam no cenário político do Rio de Janeiro movimentos como o republicano e o abolicionista. Em paralelo, o campo político das elites agrárias começava a fracionar-se com o desenvolvimento da cafeicultura paulista que, poderosa economicamente, ansiava o poder político que os cafeicultores em decadência do Vale do Paraíba detinham em sua aliança junto à Coroa. Ainda nos anos 70 do Oitocentos, a Guerra do Paraguai se encerrava, marcando uma série de episódios que indispunham o exército com as elites dirigentes do Império. A isto somavam-se os conflitos do Império com a Igreja Católica, traduzidos nas questões religiosas. Estas novas disposições políticas expressavam contradições que, em um contexto de aumento da complexidade presente na sociedade brasileira, tornavam-se mais agudas, menos toleráveis.

¹ O conceito de povo de que nos utilizamos é aquele definido por Ilmar de Mattos. Ver: MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema. A formação do Estado imperial*. 2ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 1990.

² Esta se desmembrou da Escola militar em 1858 a fim de tornar civil o estudo da engenharia. Cf. TELLES, Pedro Carlos. *História da engenharia no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, p. 106-107

As contradições presentes na sociedade brasileira referiam-se, sobretudo, a duas instituições-chave relativas à vida política e socioeconômica do Império: primeiro, o poder moderador como instrumento de mediação política quanto aos conflitos intra-elites e sua ingerência no sistema de representação política da sociedade brasileira e, segundo, a escravidão que, além de entrave ao desenvolvimento econômico nacional, colocava em questão a inserção do país no mundo Ocidental, de tradição europeia, cuja adesão aos padrões era percebida como condição do desenvolvimento da civilização.

Crescia na sociedade do Império a percepção de que a existência da escravidão era contraditória ao desenvolvimento de uma organização política moderna, com ampliação da representação política e mecanismos institucionais de base parlamentar, autônomos ao imperador, como o era na Inglaterra, país que apresentava tal ordem sem comprometer o regime monárquico (CARVALHO, 1988:20). Como diria Joaquim Nabuco, a escravidão era um mal que comprometia o futuro político brasileiro, uma vez que viciava a maior parte dos futuros cidadãos em obedecer e a elite em mandar sem ser questionada (NABUCO, 1978:203).

De uma maneira geral, pode-se afirmar que houve alguns marcos da decomposição do consenso político presente na sociedade brasileira desde o início do Segundo Reinado. Um dos mais paradigmáticos foi a dissolução do gabinete liberal de Zacarias Góes no ano de 1868, em favor da ascensão do conservador Caxias, em uma conjuntura difícil, durante o conflito contra o Paraguai. Tal gesto apontado pelo Conselho de Estado e executado pelo já então desgastado instrumento político do Poder Moderador, propiciou a ruptura de parte dos liberais com as regras que vinham prevalecendo no jogo político do Segundo Reinado e deu origem ao Partido Liberal Radical e, posteriormente, ao Partido Republicano. Este lançou o seu manifesto em 1870 no Rio de Janeiro, expressando a insatisfação das camadas médias da capital com as contradições da política Imperial. Outro marco foi a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que abalava as relações da Coroa com a sua base de apoio política, os cafeicultores do Vale do Paraíba. Estes se apresentavam perplexos diante da intenção manifesta da Coroa de acabar com a escravidão, uma vez que já vinham se percebendo ameaçados na reprodução de sua mão de obra pela ação governamental em virtude da lei Eusébio de Queiros, de 1850, e também com os altos preços do tráfico interno (COSTA, 1984:247). Tais fatos, atenuadores do poder político da Coroa, deram ensejo à formação do Partido Republicano Paulista, surgido com o Congresso de Itú, em 1873 (SALLES, 1986: 33-53), que organizou politicamente os interesses dos cafeicultores do

oeste paulista; estes que vinham se tornando os principais agentes econômicos do Império. O final da Guerra do Paraguai, em 1870, também estimulou a crise, pois marcou uma celeuma duradoura entre a Coroa e os militares, pois estes retornaram da guerra julgando-se pouco reconhecidos no cenário político nacional.

Enfim, a estrutura político-institucional brasileira não fora capaz de redimensionar-se e de tornar-se consoante às mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas três primeiras décadas do Segundo Reinado. As elites dirigentes não souberam criar novos canais institucionais para absorver as demandas que surgiam de uma sociedade que cada vez mais se tornava complexa, apresentando uma diversidade de interesses que o Império, com a sua estrutura política engendrada pelos Saquaremas, tinha dificuldade de administrar.

Assim, a hegemonia Saquarema encontrava-se abalada, a monarquia e a escravidão eram postas em questão por setores organizados e politicamente relevantes na sociedade Imperial³. A participação política do Imperador através do poder moderador passava a ser cada vez mais contestada, não sendo mais suficiente o prestígio de sua figura para unir a diversidade dos interesses em torno da Coroa, pois a contradição entre tais interesses ia tornando-se progressivamente mais aguda.

4

Em face ao acirramento das contradições presentes na sociedade brasileira e da dificuldade que apresentava o Império em ordenar esta sociedade em novos moldes institucionais, lançava-se à Coroa o repto de operar a soldagem que reunificasse as fissuras abertas no processo de diversificação da sociedade brasileira. À Coroa coube, portanto, a tentativa de buscar refazer-se como elo que mantinha os diferentes segmentos da sociedade coesos, intuito no qual se fazia fundamental manter a sua imagem de neutralidade política e de canalizar os diferentes interesses a uma causa pública estratégica na construção de um futuro nacional que aproximasse o Brasil do Ocidente.

Mediante as dificuldades da Coroa em modificar instituições basilares sobre as quais foi construído o Estado Imperial⁴, e sob pena de ao fazê-la ver ampliada a fissura política já exposta com a queda do gabinete liberal em 1868, a formação dos partidos Republicanos do Rio de Janeiro e de São Paulo e a Lei do Ventre Livre, tornava-se necessária uma ação incisiva no campo simbólico. A ação no plano simbólico, em

³ A escravidão foi posta à prova pelas camadas médias urbanas, organizadas no movimento abolicionista e a República foi defendida por parte desta mesma camada e pelos cafeicultores paulistas. É importante ressaltar que a defesa da abolição não implicou a defesa da República e vice-versa.

⁴ Entre as quais podemos destacar a escravidão, o Conselho de Estado e o Poder Moderador.

contraste com a atuação cautelosa no campo político-institucional, devia-se ao distinto grau de possibilidades de aumento das fissuras políticas presente nos dois campos. Se, neste último, qualquer ação implicaria uma mudança no equilíbrio de forças que sustentava o Império, colocando, portanto, em risco a manutenção do mesmo, as ações no campo simbólico seriam mais sutis e menos incautas quanto aos riscos presentes no jogo pela conquista da hegemonia política. O ônus político que implicava era, sabidamente, menor.

Com efeito, a monarquia – que na Europa do século XVIII buscou legitimar-se por ideias correlatas à ideia de civilização, e que teve na construção de uma civilização no Brasil um dos objetivos do Tempo Saquarema (MATTOS, 1990:201) – percebia que esta forma simbólica de legitimação não mais respondia à necessidade de manutenção da coesão política que a sociedade brasileira dos anos 1870 exigia. Uma nova estratégia de legitimação simbólica se impunha, devendo recompor a imagem quebrantada de justo juiz que o Estado Imperial construiu nas primeiras décadas do Segundo Reinado. Assim, fazia-se necessário transmitir a ideia de neutralidade e de universalidade, fundamentais no intuito de recomposição da imagem de “justo juiz” que a Coroa construíra durante o Segundo Reinado e que beneficiava a ação do poder moderador. Ao mesmo tempo, a Coroa percebia a necessidade de apresentar-se como parte de algo maior, como fizeram as monarquias absolutistas ao se apoiarem na ideia de “direito divino”. Assim, era fundamental para a monarquia brasileira tomar parte em algo supostamente mais forte que a vontade humana e que a tornasse coparticipante do que era moderno sem, contudo, comprometer os fundamentos de sua legitimidade tradicional, entre os quais se encontrava uma ideia que lhe era cara, a de civilização.

Desta feita, a Coroa buscou na ideia de ciência a neutralidade e a universalidade que necessitava associar ao seu discurso e na ideia de progresso a sua inserção em algo maior, em um movimento inexorável da História no qual o Brasil não deveria retardar o seu ingresso. A associação da Coroa com a ideia de ciência representava uma novidade no campo das ideias, no qual, até então, o romantismo vinha prevalecendo, posto que necessário no início do Segundo Reinado com o intuito de construir a nação brasileira como ente singular (GUIMARÃES, 1994). Não obstante a ideia de uma nação singular continuar sendo sustentada pelo Império, o momento – pós 1870 – sugeria uma guinada ao universal, ao iluminismo (BARROS, 1959:25) expresso na ideia de ciência e, mais especificamente, na crença da força da educação científica como propulsora do progresso (BARROS, 1959:23).

No entanto, o Império buscou não somente fazer parte de algo “maior” – o progresso da História, e “neutro” – a educação científica. O Império necessitava inserir-se em algo “universal”, algo que o elevasse ante as divergências entre as classes sociais e às frações de classe pela sua adesão a um ideal superior, uma referência que marcasse a sua inserção em um registro moderno e, ainda, o mantivesse alicerçado na legitimidade da tradição.

Com efeito, o Império encampou a ideia de progresso – quando já bastante difundida no Velho Continente – tomando-a como seu agente privilegiado no Brasil. Todavia, a concepção de progresso assumida pela Coroa distinguia-se daquela que prevalecia na Europa. Nesse continente, sobretudo após o último terço do século XIX, com o advento da 2^a revolução industrial, foi predominando na Europa uma ideia de progresso cada vez mais associada ao desenvolvimento material, sobretudo no seu aspecto técnico (BURY, 1981:295). A noção de progresso à qual buscava associar-se a monarquia brasileira não se afigurava tão fortemente vinculada à ideia de desenvolvimento material, muito embora a contivesse. A noção de progresso brasileira estava ligada à ideia de civilização, na qual se encontrava compreendida. A civilização brasileira, por sua vez, encontraria a sua “atualização histórica” na promoção da ciência, algo que possibilitaria ao Brasil aproximar-se do “progresso da civilização” dos principais países europeus.

Residia na associação dessas duas ideias – progresso e civilização – a articulação necessária entre o tradicional e o moderno, que buscava dotar a monarquia brasileira de universalidade e imparcialidade às vistas de sua sociedade, ao mesmo tempo que a inseria em um movimento superior, meta-histórico. Progresso, como entendido e propagado pela Coroa significava um movimento de melhoria contínua na qual, necessariamente, encontrava-se compreendido o aperfeiçoamento da civilização. Portanto, no entender da Coroa, a noção de civilização era percebida não como parte integrante do progresso, mas como algo consubstancial a este, intuito superior do seu movimento, razão orientadora de sua manifestação.

O desenvolvimento da ciência como elemento central da ideia de progresso da Coroa

As duas últimas décadas do Segundo Reinado foram marcadas por um significativo avanço da ideia de ciência no Brasil, país de parca tradição científica

(AZEVEDO, 1963: 367-432). A tradição intelectual brasileira era tributária ao humanismo eclesiástico, difundido desde os tempos coloniais pelos padres da Companhia de Jesus, representantes de uma escola intelectual fundada na metafísica e, logo, pouco afeita à observação metódica da natureza, ao ensino técnico e às atividades mecânicas.

Tendo em vista tal característica da tradição intelectual brasileira, não foi difícil às elites das primeiras décadas do Segundo Reinado desenvolver a ideia de nação tendo como instrumento intelectual os conceitos mais abstratos do Romantismo, pouco contraditórios com a tradição humanista que marcou a educação brasileira. De forma distinta, quando a Coroa estimulou a formação intelectual científica, a fim de desenvolver um elemento de universalidade e neutralidade para soldar as fissuras presentes na sociedade brasileira, deparou-se com tarefa mais difícil, uma vez que o fomento à formação científica não encontrava uma tradição educacional (SODRÉ, 1999:53) que beneficiasse a recepção da forma de pensar própria à ciência.

Assim, buscou-se desenvolver uma tradição científica no Brasil, conforme se percebia existir em países considerados civilizados, como Inglaterra, Alemanha e França. No entanto, dada a cultura e a tradição intelectual brasileira e as contradições sociais presentes no Brasil, onde se destaca a existência da escravidão, o modelo mais “desenvolvido” de “progresso científico”, o inglês, não poderia ser adotado, pois dependeria de uma sociedade civil vigorosa, com forte tônus empreendedor. Mediante tal realidade, e considerando-se o caráter pragmático da elite política brasileira, a Coroa buscou a execução de tal intuito no modelo francês, menos distante da realidade nacional (CARVALHO, 1980:131).

A França, derrotada na Guerra Franco-Prussiana, buscava recuperar o seu orgulho nacional, ao mesmo tempo em que envidava esforços para se afirmar no contexto internacional como grande Império. A esses intuítos serviu o modelo francês para o desenvolvimento da ciência que se aproximava da realidade brasileira por apresentar uma forte imbricação com o Estado (PETITJEAN, 1996:30) e por possuir um caráter universalista, ao mesmo tempo em que promovia a exaltação nacional. É como afirmou o eminente cientista francês Louis Pasteur na década de 1870:

Eu tenho, ao mesmo tempo, duas convicções profundas: a primeira é de que a ciência não tem país; a segunda, em contradição com a primeira, é de que a ciência é a personificação direta da nação. A ciência não tem país porque o

saber pertence a toda a humanidade. Mas, ao mesmo tempo, a ciência é a mais alta personificação da nação, porque a nação leva o mais longe os produtos do pensamento e da inteligência (PETITJEAN, 1996:30).

O Brasil seguiu o modelo de desenvolvimento científico francês, que beneficiava tanto a exaltação da nação quanto a imagem de universalidade e neutralidade, estratégicas diante do contexto político brasileiro das duas últimas décadas do Império. Fiel ao modelo franco, as instituições de promoção científica foram criadas e/ou renovadas pelo Império em lugares que não a universidade (PETITJEAN, 1996:33), o que em parte explica a inexistência de uma universidade no Brasil Imperial, não obstante ter havido projeto em tal sentido na câmara dos deputados (BARROS, 1953:319).

Logo, a Coroa desenvolveu uma política consciente de promoção científica no último terço do Segundo Reinado (PETITJEAN, 1996:36), o que supôs tanto a criação de novas instituições, como um aperfeiçoamento daquelas já existentes. Nesse período o Observatório Nacional foi modernizado, a Escola Central transformou-se em Escola Politécnica (1874), foram criadas a Escola de Minas de Ouro Preto (1875), a Comissão geológica do Brasil (1875) e o Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional (1880), entre outras iniciativas (HAMBURGUER, 1996:20).

Com o intuito de disseminar a ciência nos trópicos, D. Pedro II mandou a Paris correspondentes, a fim de recrutar especialistas franceses para a promoção da ciência no Brasil. O próprio Imperador teve o cuidado de ir pessoalmente à capital francesa entre 1871 e 1872, para melhor operar o fomento à ciência em seu país. Posteriormente, ele enviaria novas equipes à Europa com a finalidade de conhecer os laboratórios, instituições e a estrutura da organização científica na França, para adaptá-las à realidade brasileira (PETITJEAN, 1996:36). Vários especialistas europeus foram no Brasil aproveitados, ou mesmo trazidos pelo Imperador para projetos específicos, como Louis Agassiz, que chefiou estudos de geologia, Emanuel Liais e Louis Cruls que dirigiram o Observatório Imperial, Henry Gorceix, que dirigiu a Escola de Minas de Ouro Preto, Auguste Daubrée, Diretor da Escola de Minas de Paris e Arthur Morin, Diretor do *Conservatoire National des Arts et Métiers* (AZEVEDO, 1963; CARVALHO, 1978; HAMBURGUER, 1996).

Segundo Isidoro Alves (ALVES, 1996:65-75), a Coroa, em 1870, teria iniciado um novo modelo de educação que denominou “modelo politécnico”, caracterizado pela

competência técnica e científica que se oporia à predominância do bacharelismo, um modelo que, a seu juízo, perduraria até 1930.

No entanto, divergindo da ideia de “modelo politécnico” desenvolvida por Alves, que sugere uma homogeneidade de modelo para o desenvolvimento científico entre 1870 e 1930, consideramos que tal período é perpassado por diferenças, que desautorizariam a ideia de um modelo para o corte cronológico proposto. (PETITJEAN, 1996:25-39). Entende-se ainda que o corpo técnico-científico que a Coroa fomentava não visava constituir uma oposição à tradição bacharelista brasileira, a qual o Imperador continuava cultivando, do que dão nota suas escolhas políticas para cargos-chaves do Estado brasileiro, como o Senado e o Conselho de Estado. De fato, é a Coroa através de suas ações quem inicia e fomenta o desenvolvimento do campo técnico⁵ no Brasil. Todavia, tal campo ainda se apresentaria incipiente no Brasil imperial, vindo somente a constituir-se no período da República Velha, quando uma série de mudanças na estrutura política brasileira permitiu ao Clube de Engenharia organizar a constituição do campo, o que fizeram ordenando os interesses dos engenheiros que atuavam no ramo empresarial e moldando uma nova relação destes com o Estado republicano.

Expressão desta constituição ainda informe do campo técnico no Brasil imperial é a própria ideia de progresso nele existente que, como se ressaltou, ainda não se encontrava desvinculada da noção de civilização e de toda a carga humanista que esta portava. Em virtude do seu incipiente nível de desenvolvimento e especialização, a técnica não se separava da erudição, sendo esta percebida pelos engenheiros como parte fundamental da educação técnica do homem civilizado. A forte vinculação entre técnica e cultura humanista no Segundo Reinado pode ser percebida na própria estrutura da Escola Politécnica, como se constata em uma das narrativas de Pedro Telles sobre a História da engenharia no Brasil:

Quem hoje analisar esses programas não pode deixar de se impressionar com a extensão e diversidade das matérias incluídas nas cadeiras principais dos 2 últimos anos, sobretudo no programa de 1863, que era uma consequência do pequeno número de cadeiras, e que exigia professores com conhecimentos enciclopédicos (TELLES, 1994:110).

⁵ O desenvolvimento do campo técnico se configura de todo quando o mercado de trabalho na área tecnológica de um país ou região vê-se preenchido fundamentalmente por profissionais nacionais de engenharia que se encontram organizados enquanto categoria profissional.

É interessante também notar que o Latim, disciplina icônica do mundo da erudição e das humanidades, era a disciplina do teste de admissão que definia quem ocuparia os primeiros lugares na sala de aula, uma posição de destaque, reveladora da hierarquia de conhecimento entre os estudantes de engenharia. Assim, nesta época, a demonstração de um alto nível de erudição humanística constituía-se fator de escalonamento entre os futuros representantes da técnica no Rio de Janeiro.

Em 1874, um fato expressou a importância que a Coroa vinha atribuindo ao desenvolvimento do progresso técnico. A Escola Central, criada no ano de 1858 em substituição à Academia Real Militar com o intuito de desvincular o ensino da engenharia da educação militar⁶, embora ainda sob a administração do Ministério da Guerra, foi renomeada como Escola Politécnica, em uma clara inspiração na *École Polytechnique* francesa. A nova escola de engenharia marcou a retirada do ensino da engenharia da administração militar, transferindo-a do Ministério da Guerra ao Ministério do Império, o que dá nota do interesse da Coroa no desenvolvimento da ciência e da técnica. A Escola Politécnica oferecia então os cursos de Ciências Físicas e Naturais; Ciências Físicas e Matemáticas; Engenharia Geográfica; Engenharia Civil; Engenharia de Minas e Artes e Manufaturas (TELLES, 1994:467).

10

Todavia, o intuito de promoção do progresso técnico-científico da Coroa continuava subsumido ao ideal civilizador característico do Segundo Reinado. Dentro desta perspectiva, o cidadão convidado para ser o primeiro diretor da nova escola foi o então Barão de Rio Branco, homem público, notadamente erudito no campo das humanidades, que gozava da confiança do Imperador. Ao assumir o cargo, Rio Branco não tardou em introduzir na escola uma cadeira de humanidades na qual ele próprio lecionava: Economia Política e Direito Administrativo (TELLES, 1994:474).

A biblioteca da escola possuía 7.000 volumes, sendo alguns verdadeiras obras-primas da história do pensamento científico que atestam o intuito de continuidade da monarquia brasileira para com a civilização Ocidental. Entre eles, destacam-se:

- Vitruvius (arquiteto romano do século I A.C.) - *Dell'Architettura*. Veneza, 1629.
- René Descartes - *La Géométrie*. Paris, 1664.
- Isaac Newton - *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*. Genebra, 1739.
- Antoine Laurent de Lavoisier - *Traité Élémentaire de Chimie*. Paris, 1789.

⁶ É importante ressaltar que em 1858, embora o ensino da engenharia tenha se desvinculado da educação militar, a “escola de engenharia” continuava sob a administração do Ministério da Guerra.

-Jean Lerrond D'Alembert. *Trayté de Dynamique*. Paris, 1796 (TELLES, 1994:473).

Era clara a ligação da esfera técnica no Brasil com as humanidades, com o prestígio social que a erudição humanista provia aos que pleiteavam um lugar de destaque na sociedade (AZEVEDO, 1963: 572; NEEDELL, 1993: 74-86). A tradição de uma educação humanista baseada na metafísica e na retórica que os jesuítas inseriram no Brasil deixava suas marcas (AZEVEDO, 1963:572). A sociedade brasileira tinha dificuldade em desenvolver um ensino técnico autônomo à tradição humanista de sua educação e a mesma dificuldade em pensar o progresso técnico e material desvinculado da ideia de civilização. Esta noção, como mencionamos, era importante na tradição da monarquia, constituindo elemento fundamental de sua legitimação política.

Entretanto, dadas as fissuras entre o povo, a monarquia brasileira não podia mais se legitimar apenas por elementos da tradição. A Coroa percebia que era necessário buscar elementos no que era moderno, no novo. Além de manter a sua legitimação pelo passado, a Coroa buscava então se legitimar pelo presente e pelo futuro.

Assim, tendo em vista que o antigo continente sempre fora o paradigma de civilização da monarquia brasileira, as modificações em curso nos seus principais países teriam impacto sobre a sociedade do Brasil Imperial.

A nova realidade econômica mundial encetada pela Segunda Revolução Industrial e pela crise econômica de 1873 fez-se sentir no Rio de Janeiro. O movimento de exportação de capitais, por parte dos países industrializados europeus, reforçava a tradição agroexportadora brasileira, ao mesmo tempo em que desenvolvia o setor de serviços da cidade, dotando-a de novos equipamentos e infraestrutura urbana. Os investimentos de países europeus na capital avolumaram-se de forma ímpar na história da cidade, ao mesmo tempo que o Estado assumia diretamente alguns novos serviços e abria um período marcado por concessões de obras à iniciativa privada nacional. A instalação de serviços urbanos como os de iluminação e de carris redimensionavam a percepção e a imagem da cidade para os seus usuários (FERRARA, 1982).

A sensação de viver em uma cidade que se modernizava constantemente, conectando-se com as novidades da técnica vindas do Velho Continente, fazia-se sentir na sociedade carioca. A maior presença de serviços e produtos europeus no Rio de Janeiro estimulou a demanda por tecnologia e produtos industrializados, fomentando uma maior preocupação com o que era considerado moderno. A familiaridade com os

objetos de consumo europeus, entre eles os culturais, era cada vez maior, estimulando a busca de aparência, hábitos e códigos sociais que eram vistos como “sofisticados” (NEEDELL, 1993:106-208). Com efeito, durante o Segundo Reinado a cidade viu crescer não somente a sua infraestrutura e população, como também a efervescência da sua vida social e cultural. Foi a época dos salões eruditos e das rodas de literatos das novas confeitaria cariocas, das palestras e discussões públicas sobre temas científicos e artísticos, da inauguração de novos teatros, além de marcar o período de maior intensidade e tolerância na vida política da cidade. A vida social e de entretenimento também se expandiam. Foi nesta época que surgiram *clubs* como o Cassino Fluminense e o Jockey, dinamizadores das noites e chás de uma elite que gradualmente ia afirmando os seus códigos de autorreconhecimento na capital.

Sem dúvida, os novos serviços e produtos urbanos vindos do Velho Continente também estimularam o desenvolvimento da ideia de progresso técnico e material no Rio de Janeiro, não obstante a sociedade carioca ainda não a ter como valor fundamental, posto que esta encontrava limites nas próprias condições materiais brasileiras, marcadas pela economia escravista. A maior relevância e o prestígio social da ideia de progresso técnico e material são funções de uma economia capitalista, na qual o avanço das cidades, o aumento da divisão e da especialização no trabalho e o crescimento da sociedade de consumo propiciam a autonomia da ideia de progresso em relação a outras noções com as quais poderia manter uma relação de subordinação.

12

O desenvolvimento dos conceitos de progresso e de civilização na década de 70 do Século XIX

Na 7ª edição do dicionário Moraes, de 1877, o termo **progresso** aparece com a mesma explicação, já exposta, da 6ª edição desse dicionário, em 1858: “Sucessão continuada, com aumento a bem, ou mal, ou no mesmo estado” (SILVA, 1877). Disto pode-se depreender que esta 7ª edição, de 1877, ainda não havia captado as mudanças que começavam a operar-se na ideia de progresso a partir de 1870 no Brasil. Lucien Febvre lembra que é comum as palavras registrarem de forma lenta as mudanças em curso no campo das ideias. Nas palavras do historiador francês: “Únicas [as palavras], permitem seguir e medir com uma exatidão um pouco lenta (a linguagem não é um aparelho registrador muito rápido) as transformações de um grupo dessas idéias mestras que o homem se compraz em crer imóveis, porque sua imobilidade parece garantir a sua

segurança” (FEBVRE, 1930:1). Na definição da 7^a. Edição do Moraes, o termo progresso ainda aparece fazendo alusão ao que seria um aumento a bem ou a mal ou com manutenção no mesmo estado de um processo de sucessão que se mantém. Ou seja, o verbete não é percebido como conotativo da característica marcante da ideia de progresso na modernidade, que supõe um movimento de projeção adiante que envida um movimento, necessariamente, de melhora.

Todavia, a 7^a edição do Dicionário Moraes apresenta novos significados para alguns verbetes relacionados à ideia de progresso, como é o caso do termo desenvolvimento, que ganha uma conotação distinta daquela presente da 6^a edição de 1858. Vejamos como este verbete figura na 7^a edição: “*Aperfeiçoamento, aumento: desenvolvimento da civilização. Cultura intelectual; progresso nas letras, artes, indústrias, comércio etc.*” (SILVA, 1877).

A palavra não figura mais com o significado de simples desdobramento ou descobrimento de um objeto, além de não mais aparecer com a conotação de processo da natureza, como na edição de 1858 (SILVA, 1858). No entanto, o que mais chama a atenção no texto explicativo do verbete é a ideia de aperfeiçoamento fazendo menção à “civilização”, ou seja, um dos significados de “desenvolvimento”, uma noção correlata à de progresso, é a de aperfeiçoamento da civilização. Ainda, o vocábulo aparece com o significado de “cultura intelectual e progresso nas letras, artes, indústrias, comércio etc.”, o que dá nota da associação da ideia de progresso não apenas com o avanço econômico e técnico, mas também com o desenvolvimento intelectual, cultural e artístico. Ao observar o verbete “civilização” na edição de 1877 do Dicionário Moraes conclui-se – em um cotejo com o texto explicativo do verbete “desenvolvimento” desta mesma edição – que, no Brasil Império, a ideia de progresso encontra-se em consubstancialidade com a de civilização, ou seja, no Brasil do Segundo Reinado, buscar o progresso significou buscar o desenvolvimento da civilização. Observe como figura a palavra civilização no texto explicativo de seu verbete, na edição de 1877: “O ato de civilizar. O estado do povo civilizado. O adiantamento, o progresso, o desenvolvimento do estado social, que se manifesta na perfeição das leis, na brandura dos costumes, nas grandes obras materiais, e na cultura intelectual, representada nas ciências, nas letras e nas artes” (SILVA, 1877).

Nota-se que a própria palavra “civilização”, que é entendida como um estado ou como uma ação, aparece significando progresso quando designa este último. Esta ligação entre “progresso” e “civilização” deverá se traduzir em uma sociedade na qual

prevalece um maior nível de igualdade social (“desenvolvimento do estado social”), a lei (“perfeição das leis”), a polidez (“brandura dos costumes”), o desenvolvimento material-técnico, (“grandes obras materiais”), da cultura (“cultura intelectual”, “nas letras”), da ciência (“representada nas ciências”) e da arte (“e nas artes”). Isto era o que se entendia por “civilização” que, nas últimas décadas do Brasil Império, significava “progresso”. Um significado sensivelmente ampliado em comparação com aquele somente ligado à polidez, ao respeito à lei e à instrução, que figuram nas edições de 1844 e 1858 do Dicionário Moraes.

Outro termo correlato à ideia de progresso que se repete como verbete na edição do dicionário Moraes de 1877, com um significado distinto daquele presente na edição de 1858, é **evolução**. No verbete deste dicionário ela aparece como:

O desenvolvimento de um órgão até a sua completa formação. Evolução histórica ou simplesmente evolução; desenvolvimento e aperfeiçoamento progressivo das sociedades e sua civilização numa ordem determinada. Evolução orgânica; sistema fisiológico, cujos partidários supõem que o novo ser que resulta do ato da geração que preexistia a esse ato. Evolução política-social; desenvolvimento progressivo no espírito público de ideias políticas, ou sociais, de modo a conseguir o seu triunfo sem a violência das revoluções (SILVA, 1877).

14

A palavra “evolução” foi utilizada no século XIX como sinônimo de “progresso” e “desenvolvimento”. A 7^a edição, de 1877, passou a expressar este sentido moderno da palavra, divulgada através de *A origem das espécies*, de Darwin, obra que fora publicada em 1859⁷. Anteriormente, o sentido do termo “evolução” restringia-se apenas a evoluções militares, ou seja, a manobras e deslocamentos realizados pelas tropas.

Nesta edição, expressando a influência das contribuições de Charles Darwin, o termo adquire uma forte conotação biológica, de natureza organicista, uma conotação que, na 6^a edição do dicionário Moraes, de 1858, cabia apenas ao termo “desenvolvimento”. A palavra passa a ter também uma significação historicista⁸, de

⁷ Por isso o sentido moderno desta palavra não figurou na 6^a edição do dicionário Moraes, que foi publicada em 1858.

⁸ Entendo por historicismo todo tipo de reflexão intelectual que confere um movimento, um sentido à História.

desenvolvimento, progresso da História e, em consequência, das sociedades e suas estruturas políticas, mas sempre de forma gradual, sem os sobressaltos típicos de um processo revolucionário, fenômeno que não corresponderia ao campo semântico da palavra.

“Evolução” marcaria um processo paulatino de aperfeiçoamento progressivo, mas com uma conotação mais organicista, como algo que já existe em potência, e que vai desabrochando gradualmente até explorar todas as potencialidades contidas naquele organismo, a fim de traduzir-se em um ato que é informado sob as influências do meio.

“Evolução” também se encontra associada à palavra “civilização”, mencionada no texto explicativo do verbete que deixa perceber que o sentido da evolução social e política é o desenvolvimento da civilização.

Assim, conclui-se que todas as palavras que se encontram no campo semântico que designa a ideia de um movimento adiante, que traz em si uma melhoria continuada, como as de “progresso”, “desenvolvimento” e “evolução” supõem, nas duas últimas décadas do Segundo Reinado, a ideia de aperfeiçoamento da civilização como a sua finalidade principal e última.

15

As ideias de progresso e civilização nos discursos da elite política brasileira

O termo “progresso”, tal como concebido pelo Imperador e pela elite política formada no bacharelismo brasileiro ainda não se tornara autônomo à ideia de civilização, aparecendo, portanto, a esta estreitamente vinculado. Com efeito, a palavra “progresso” foi utilizada abrangendo o campo de significações pertinente à noção de civilização, à qual estavam ligados as dimensões moral, comportamental, cultural, estética, político-social e material. Esta subsunção da ideia de progresso às significações próprias do termo “civilização” pode ser percebida tanto nos discursos da elite política brasileira como nos pronunciamentos do Imperador, nos quais a palavra “progresso” é utilizada para além do significado de desenvolvimento material. É como se pode observar no discurso do Deputado Teixeira da Rocha a propósito da reforma do ensino superior, no qual defende a liberação da presença dos alunos nas aulas regulares.

Consta-me na reforma que se projeta do ensino superior do país, não há determinação de número certo e prefixo de anos para os tirocínios escolares;

porém sim de número certo de matérias. Será um grande passo nas vias do progresso: bem vinda seja a salutar inovação⁹.

No discurso de Rocha, a palavra “progresso” figura como desenvolvimento da educação, da formação de pessoal, um elemento fundamental da ideia de civilização.

Da mesma forma, ela aparece aplicada pelo Imperador, somente mudando a alusão ao tipo de educação, de superior à básica. Vejamos: “A instrução pública em geral e a profissional, acomodada às atuais circunstâncias, exigem providências de que muito exige o nosso **progresso**”¹⁰.

A palavra é referida não somente à instrução, sendo também utilizada quando designando um avanço que se consideraria moral. Quando alude a Lei da Abolição da Escravidão no Brasil, o Imperador classifica-a como um “progresso”, fazendo referência ao avanço moral que esta encetaria na sociedade brasileira. Como se vê no trecho abaixo:

Podemos desvanecer-nos do modo pacífico por que se opera a transformação do trabalho em virtude da lei de 13 de maio, cuja decretação tanto me consolou das saudades da pátria, minorando os Meus sofrimentos físicos. O Brasil deu por este ato novo testemunho de sua idoneidade para todos os progressos morais¹¹.

16

De forma distinta, quando tencionava fazer referência ao processo de desenvolvimento material, o termo usado não era “progresso”, mas sim “prosperidade”, o que dá nota do significado da palavra para elite política formada no bacharelismo brasileiro. É como aparece nos discursos do Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, quando aborda a questão tributária:

Todos compreendem que se não é fácil a criação ou o aumento de impostos ainda nas épocas de prosperidade ou de maior produção e riqueza, muito

⁹ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. deputados. Sessão Extraordinária de 1875. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1875. p. 225.

¹⁰ Ver: Fala do Trono. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Terceira sessão da vigésima legislatura. Sexta e sétima prorrogações e apêndice. De 1 a 20 de novembro de 1888. Vol 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 4.

¹¹ *Ibidem*. p. 3.

difícil se torna quando as condições de um país não são prósperas e folgadas, para não dizer embaraçosas ou críticas¹².

Ou ainda:

A tarefa seria menos difícil, se não me corresse a obrigação de aditar à exposição dos trabalhos do tesouro algumas considerações, com o intuito de chamar vossa atenção para o estado econômico do país, que, segundo penso, não pode ser considerado próspero¹³.

Da mesma forma, na Fala do Trono, por ocasião da abertura extraordinária da Assembleia Geral em 1875, o Imperador utiliza a palavra “prosperidade”, quando intenciona aludir ao desenvolvimento material do país: “É sempre animado de ardente fé na proteção do todo poderoso, e com a maior confiança em vossa ilustrada dedicação, que espero o concurso da Assembleia Geral para continuarmos a promover a prosperidade de nossa pátria”¹⁴.

Ainda, quando o Imperador faz referência ao impulso de crescimento econômico que o Brasil conta por força de suas riquezas naturais: “Ao vosso patriotismo nos trabalhos desta sessão corresponderá durante o intervalo legislativo, assim o espero, vosso benéfico impulso para que ainda mais frutifiquem em nossa pátria os poderosos elementos de prosperidade que nos foram dados por Deus”¹⁵. E quando se refere às condições materiais do país: “A situação interna é próspera em geral, gozamos de tranquilidade”¹⁶.

Também, era comum no Império que a elite política brasileira, ao aludir o ideal de desenvolvimento material, o fizesse percebendo-o como parte do avanço da civilização e não somente como uma finalidade *per se*. Mais do que proporcionar enriquecimento, a prosperidade colaboraria no processo de melhoria política, social e

¹² Discurso do Conselheiro de Estado Manuel Pinto de Souza Dantas. Ata da sessão de 28 de abril de 1883. RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Vol. XI. Terceiro Conselho de Estado, 1880-1884. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978, p. 201.

¹³ *Ibidem*, p. 209.

¹⁴ Fala do Trono na Sessão Imperial de Abertura Extraordinária da Assembleia Geral em 16 de março de 1875. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1875, p. 7.

¹⁵ Fala do Trono. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Terceira sessão da vigésima legislatura. Sexta e sétima prorrogações e apêndice. De 1 a 20 de novembro de 1888. Vol 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 4.

¹⁶ Fala do Trono. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Quarta sessão da vigésima legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 4.

cultural. É o que se pode notar no discurso do Deputado Andrade Figueira, a propósito da expansão das linhas férreas para o interior:

Não eram unicamente as vantagens econômicas, por demais manifestas, que deviam inspirar o governo do país nesta preferência, mas sobretudo as vantagens morais e civilizadoras de atrair e condensar aos pontos próximos as populações esparramadas no interior, meio de tornar efetivas as garantias sociais e legais e possíveis as reformas pelas quais tanto se clama¹⁷.

A civilização também era percebida como um processo, um movimento lento e gradual rumo ao aperfeiçoamento do sistema político. O desenvolvimento da civilização em âmbito político deveria ser traduzido em leis que, por sua vez, seriam facilitadoras do aperfeiçoamento da civilização. Segundo o Conselheiro Visconde de Jaguarí, em resposta à solicitação do Imperador ao Conselho de Estado quanto à reforma do sistema eleitoral:

18

O censo exigível para que o cidadão possa ser considerado eleitor, realizada a reforma do sistema eleitoral pelo voto direto, basta que seja o primitivo estabelecido pela constituição pelo artigo noventa e dois no parágrafo quinto para o votante nas assembleias primárias de paróquia, isto é, cem mil réis de renda líquida anual, desaparecendo a distinção feita entre o votante daquelas assembleias e o eleitor; distinção hoje desnecessária, atento ao progresso da civilização e outras circunstâncias, que têm facilitado a intervenção do cidadão na escolha dos seus representantes¹⁸.

A visão gradualista do desenvolvimento da civilização brasileira era dominante na elite política nacional. Mesmo os setores vinculados à monarquia mais empenhados na modificação da estrutura política do Império buscavam operar as reformas com a preocupação explícita de não afetar o equilíbrio político das instituições com medidas que pudessem causar sobressaltos em grupos politicamente relevantes no cenário nacional. Isto pode ser percebido no discurso do Presidente do Conselho dos Ministros,

¹⁷ Ver: discurso do Deputado Andrade Figueira na sessão de 7 de julho. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro anno da décima quarta legislatura. Sessão de 1871. Tomo 5. Apêndice. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1871, p. 49.

¹⁸ Discurso do Conselheiro de Estado Visconde de Jaguarí. Ata da sessão de 7 de novembro de 1878. RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Vol. X. Terceiro Conselho de Estado, 1875-1880. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978, p. 143.

Visconde de Ouro Preto, empenhado, nos últimos meses do Império, em cumprir um programa de reformas, mas com a nítida preocupação de não melindrar grupos políticos vinculados ao partido conservador. Segundo Ouro Preto, que especulava sobre a possibilidade de dissolver a Câmara de maioria conservadora:

Não dissolver a Câmara, na qual tem grande maioria o partido conservador, cuja divisão intestina foi confessada, seria abandonar a política reformista que se inaugurou.

Mais isso importaria passo grave e quiçá perigoso ante as irrecusáveis manifestações da opinião nacional em prol das alterações do nosso regime político e administrativo, que expus a Vossa Majestade, quando se dignou ouvir-me antes de cometer-me a penosíssima tarefa de uma organização ministerial.

A nação, Senhor, está trabalhada por um largo espírito reformador; derivado exatamente do progresso da civilização brasileira, exigindo a adoção de medidas que não se amoldariam à índole do partido conservador, sob pena de desvirtuar-se a missão deste partido em detrimento do equilíbrio e manejo regular do regime constitucional representativo¹⁹.

19

O gradualismo reformista seria a tônica do *progresso e desenvolvimento da civilização brasileira*. Tal progresso e desenvolvimento da civilização seriam ainda o fator possibilitador do reformismo, o que revela, como já se demonstrou através da análise lexicográfica, a percepção da ideia de ordem e vigência da lei como um dos fundamentos da ideia de civilização. Pois somente seria possível reformar a estrutura política do país por ter-se anteriormente a construído com base em uma ordem política capaz de absorver os conflitos. Do contrário, retornar-se-ia aos golpes e tentativas de revolução, práticas políticas percebidas como estranhas ao que se concebia como civilização brasileira.

Por outro lado, um sistema político que seria considerado ineficiente ou inadequado comprometeria uma dada civilização, sendo, portanto, a sua reforma uma condição do aperfeiçoamento desta. Segundo o Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, que considerava questões relativas à reforma eleitoral:

¹⁹ Discurso do Conselheiro de Estado Visconde de Ouro Preto na abertura da sessão de 15 de junho de 1889. Ata da sessão de 15 de junho de 1889. RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Vol. X II. Terceiro Conselho de Estado, 1884-1889. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978, p. 240-241.

Fui dos que promoveram entre nós a eleição direta e fiz quanto pude para torná-la aceita na opinião, desejo vê-la decretada nas convenientes cláusulas censitórias como um dos meios de obviar à perversão dos atuais costumes políticos. Reputo urgente essa reforma e quando não dê ela o desejado efeito, pugnaria por outras medidas tendentes a remediar um estado de coisas, que desabona a nossa educação política e chega mesmo a depor contra a civilização do Brasil²⁰.

Desta maneira, o fundamento do que se entendia por civilização brasileira em nível político é um tipo de organização política baseada na ideia de ordem, de império da lei e de instituições que sejam capazes de absorver os conflitos presentes no seio das elites brasileiras e, ao mesmo tempo, afastar as possíveis erupções sociais provenientes seja da plebe, ou das camadas médias urbanas.

Além do aspecto político, as ideias de civilização e progresso também abrangiam o campo social. Uma sociedade, para ser considerada civilizada, deveria encontrar-se em uma situação na qual as diferenças sociais não fossem por demais acentuadas e onde os que nela habitassem possuíssem um mínimo de dignidade e proteção do Estado.

No Brasil, a questão social avultava com a problemática da escravidão. Joaquim Nabuco foi o homem público que mais se debruçou sobre esta contradição da sociedade brasileira, denunciando com veemência a sua inadequação política, econômica, moral e social para uma sociedade que se pretendia “civilizada”. Segundo Nabuco:

É, com efeito, difícil hoje a um liberal ou conservador, convencido dos princípios cardeais do desenvolvimento social moderno e do direito inato – no estado de civilização – de cada homem a sua liberdade pessoal, e deve sê-lo muito mais para um republicano, fazer parte homogênea de organizações em cujo credo a mesma natureza humana pode servir para a base da democracia e da escravidão, conferir a um indivíduo, ao mesmo tempo o direito de tomar parte no governo do país e o de manter outros indivíduos – porque os comprou ou os herdou – em abjeta subserviência forçada, durante

²⁰ Discurso do Conselheiro de Estado Paulino José Soares de Sousa. Ata da sessão de 28 de fevereiro de 1880. RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Vol. X . Terceiro Conselho de Estado, 1875-1880. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978, p. 213.

toda a vida. Conservadores constitucionais; Liberais, que se indignam contra o governo pessoal; Republicanos, que consideram degradante o governo monárquico da Inglaterra e da Bélgica; exercitando dentro das porteiras da sua fazenda, sobre centenas de entes rebaixados de sua dignidade de pessoa, poder maior que o de um chefe africano nos seus domínios, sem nenhuma lei escrita que o regule, nenhuma opinião que o fiscalize, discricionário, suspeito, irresponsável (...) (NABUCO, 1978:12-13).

E, ainda, denunciando a escandalosa contradição entre a vigência da instituição escravidão e o caráter “civilizado” do Brasil, mesmo após a aprovação da Lei do Ventre Livre:

Foi somente oito anos depois, que essa apatia começou a ser modificada e se levantou uma terceira oposição a escravidão; dessa vez, não contra os seus interesses de expansão, como era o tráfico, ou as suas esperanças, como a fecundidade da mulher escrava, mas diretamente contra as suas posses, contra a legalidade e a legitimidade dos seus direitos, contra o escândalo de sua existência em um país civilizado e a sua perspectiva de embrutecer o ingênuo na mesma senzala onde embrutecera o escravo (NABUCO, 1978:5).

Diante desta constatação, Nabuco defendeu a imigração como remédio às sequelas políticas e sociais que previa que a escravidão deixaria ao Brasil (NABUCO, 1978: 7-201). A seu juízo, somente assim, o Brasil poderia minorar aquilo a que se referira como “mancha de Caím” (NABUCO, 1978:1), uma pecha no processo de afirmação de uma civilização brasileira.

Portanto, no entender de Nabuco, a escravidão seria um entrave ao desenvolvimento da civilização, sendo, conseqüentemente, uma barreira ao “progresso”, palavra que o intelectual pernambucano utiliza em *O Abolicionismo* com o sentido de desenvolvimento das ideias, do pensamento: “A escravidão, como é incompatível com a imigração espontânea, também não consente o fluxo das idéias novas. Incapaz de invenção, ela é, igualmente, refratária ao progresso” (NABUCO, 1978:169). A palavra também aparece na pena de Nabuco com o sentido de avanço no campo dos valores sociais: “Os abolicionistas, animando os escravos a confiarem nos progressos da moralidade social, não lhes incutem uma esperança positiva, definida a prazo certo, de cujo naufrágio possa resultar o desespero que se receia; (...)” (NABUCO, 1978:40).

Enfim, tomando-se como base a documentação coletada tanto em documentos lexicográficos, como nos discursos de uma elite brasileira, podemos concluir que, de maneira distinta do que já ocorria na Europa, a ideia de progresso presente no Brasil das últimas décadas do Segundo Reinado não se postava no campo do desenvolvimento material, mas antes como um avanço moral, intelectual, social, político, cultural e artístico. Como observamos, de maneira distinta do que ocorrera na República, no Brasil monárquico, quando se desejava aludir ao desenvolvimento material a palavra preferencialmente empregue era prosperidade, e não progresso. Essa noção foi percebida nas últimas décadas do Império como desenvolvimento de uma civilização no tempo, enfim, como um valor relativo, que adquiria o seu estatuto de legitimidade a partir de sua imbricação com o ideal de civilização, valor maior a ser exaltado no processo de construção da nação.

Fontes

22

- Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro anno da décima quarta legislatura. Sessão de 1871. Tomo 5. Apêndice. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1871.
- Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. deputados. Sessão Extraordinária de 1875. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1875.
- BRASIL; RODRIGUES, José Honório; Congresso; Senado Federal. *Atas do Conselho de Estado*. Vols. VIII/XII. Distrito Federal: Senado Federal, 1873-1878.
- SILVA, Antônio Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 6^a edição. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1858.
- _____. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 7^a edição. Lisboa: Empreza litteraria Fluminense, 1877.
- Fala do Trono na Sessão Imperial de Abertura Extraordinária da Assembléia Geral em 16 de março de 1875. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1875.
- Fala do Trono. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Terceira sessão da vigésima legislatura. Sexta e sétima prorrogações e apêndice. De 1 a 20 de novembro de 1888. Vol 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- Fala do Trono. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Quarta sessão da vigésima legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de (1988). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLAN-Rio/ Zahar.
- AZEVEDO, Fernando de (1963). *A Cultura Brasileira*. Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil. Brasília, Ed. UNB.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de (1959). *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo: Edusp, 1959.
- BURY, John. *La Idea del Progreso* (1971). Madrid, Alianza Editorial.
- CARVALHO, José Murilo de (1978). *A Escola de Minas de Ouro Preto: O Peso da Glória*. São Paulo, Editora Nacional.
- _____. *A Construção da Ordem* (1980). Rio de Janeiro, Campus.
- COSTA, Emília Viotti da (1984). *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo, Brasiliense.
- FEBVRE, Lucien et al (1930). *Civilisation : Le mot et le idée*. Paris, La Renaissance du Livre.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (1994). *Debaixo da Imediata Proteção de sua Magestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo.
- HAMBURGUER, Amélia Império et al. (orgs.) (1996). *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp/ Fapesp.
- NEDEEL, Jeffrey (1993). *Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de (1990). *O Tempo Saquarema: A formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec.
- MAURO, Frédéric (1991). *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*. São Paulo, Companhia das Letras.
- NABUCO, Joaquim (1978). *O Abolicionismo: Conferencias e Discursos Abolicionistas*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial S. A..
- SALLES, Iraci Galvão (1986). *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada*. São Paulo, Hucitec.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1999). *Síntese de História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva (1994). *História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro, Clavero, 1994.